ANEXO II

Conteúdo funcional das carreiras técnica auxiliar e técnica auxiliar de documentação

Compete genericamente ao técnico auxiliar executar, a partir de orientações e instruções bem definidas, trabalhos predominantemente de apoio técnico, designadamente proceder à aquisição, tratamento e divulgação das espécies documentais, organizando os arquivos e garantindo a permanente alimentação dos ficheiros necessários para o efeito, a fim de facilitar ao utilizador um pronto e fácil acesso à fonte de informação pretendida.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL**Portaria n.º 134/88**

de 29 de Fevereiro

Pela Portaria n.º 423/86, de 2 de Agosto, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 176, foram aplicadas à carreira de enfermeiro do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/87, de 17 de Março, veio estabelecer que o pessoal das carreiras de enfermagem, abrangido pelo citado Decreto-Lei n.º 178/85, passa a ter nova tabela de vencimentos, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 1987;

Considerando ainda que o artigo 6.º do referido Decreto-Lei n.º 134/87 determina que os respectivos quadros de pessoal, para os fins previstos neste diploma, devem ser actualizados;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/82, de 20 de Maio, mantido em vigor pelo n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, passa a ser, na parte respeitante ao pessoal de enfermagem, o constante do mapa anexo ao presente diploma.

2.º Ao pessoal de enfermagem do Instituto do Emprego e Formação Profissional é aplicada a nova tabela de vencimentos e demais disposições estabelecidas através do Decreto-Lei n.º 134/87, de 17 de Março.

Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social.

Assinada em 31 de Dezembro de 1987.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

Mapa a que se refere o n.º 1.º da portaria

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
	Pessoal técnico-profissional	
5	Enfermeiro do trabalho-chefe	F e E
10	Enfermeiro do trabalho graduado do 1.º escalão e do 2.º escalão.	H e G
16	Enfermeiro do trabalho do 1.º escalão, do 2.º escalão e do 3.ª escalão.	I, H e G

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

Avlso

Por ordem superior se faz público que o Koweit depositou junto do secretário-geral da Organização Marítima Internacional, a 25 de Janeiro de 1988, os instrumentos de ratificação das emendas à Convenção da Organização Internacional de Satélites (INMAR-SAT) e respectivo Acordo de Exploração, aprovados na assembleia da Organização de 14 a 16 de Outubro de 1985.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 11 de Fevereiro de 1988. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *Marcello de Zaffiri Duarte Mathias*.

Avlso

Por ordem superior se faz público que o Brunei aderiu, a 24 de Novembro de 1987, à Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas.

Esta Convenção entrará em vigor para o Brunei a 22 de Fevereiro de 1988.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 11 de Fevereiro de 1988. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *Marcello de Zaffiri Duarte Mathias*.

Secretaria-Geral

Serviço Jurídico e de Tratados

Avlso

Por ordem superior se torna público ter o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificado, nos termos do artigo 15.º, alínea a), da Convenção Relativa à Supressão da Exigência de Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros, assinada na Haia a 5 de Outubro de 1961, que o Governo de Antígua e Barbuda notificou aquele Ministério de que designou como autoridades previstas no artigo 6.º da mesma Convenção:

- 1) The Governor-General Antígua and Barbuda;
- 2) The Registrar of the High Court of Antígua and Barbuda, St. John's, Antígua.

Portugal é parte na Convenção em apreço.

Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2 de Fevereiro de 1988. — O Chefe do Serviço Jurídico e de Tratados, *Fernão Manuel Homem de Gouveia Favila Vieira*.

Avlso

Por ordem superior se torna público ter o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificado, em conformidade com o artigo 37 da Convenção Respeitante ao Reconhecimento e à Execução de Decisões Relativas às Obrigações Alimentares, assinada na Haia a 2 de Outubro de 1973, que, conforme o artigo 30, parágrafo 2, da referida Con-

venção, a Espanha depositou, a 16 de Junho de 1987, o seu instrumento de ratificação da Convenção em apreço junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos.

Em conformidade com o seu artigo 35, parágrafo 2, a Convenção entrou em vigor para Espanha a 1 de Setembro de 1987.

Portugal é parte na Convenção em apreço.

Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 3 de Fevereiro de 1988. — O Chefe do Serviço Jurídico e de Tratados, *Fernão Manuel Homem de Gouveia Favila Vieira*.

Aviso

Por ordem superior se torna público ter o Secretariado Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado comunicado que, segundo notificação do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos datada de 17 de Agosto de 1987, e conforme o artigo 14 do Estatuto da mesma Conferência, a República Popular da China depositou, a 3 de Julho de 1987, junto daquele Ministério, o seu instrumento de aceitação do mencionado Estatuto.

A admissão da República Popular da China como Estado membro da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado tornou-se definitiva a partir da referida data de 3 de Julho de 1987. A República Popu-

lar da China tornou-se assim o 36.º membro daquela Conferência.

Portugal é membro da Conferência em apreço.

Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2 de Fevereiro de 1988. — O Chefe do Serviço Jurídico e de Tratados, *Fernão Manuel Homem de Gouveia Favila Vieira*.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO E DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho Normativo n.º 10/88

No âmbito da organização nacional do mercado da carne de suíno e relativamente aos produtos sujeitos a restrições quantitativas constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 516/85, de 31 de Dezembro, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3.º e 4.º da Portaria n.º 63-J/86, de 1 de Março, com a redacção que lhes foi dada pelas Portarias n.ºs 329/86, de 30 de Junho, 426-B/86, de 6 de Agosto, e 776/86, de 31 de Dezembro, determina-se o seguinte:

1 — Para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Abril de 1988, inclusive, é atribuído o contingente de 12 430 t para a totalidade dos produtos constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 516/85, relativo à organização do mercado da carne de suíno.

2 — A distribuição do contingente fixado no número anterior, pelas diferentes posições pautais, pelas diversas origens e consoante os produtos se destinem ao continente ou às regiões autónomas, é feita nos seguintes termos:

Identificação pautal	Designação das mercadorias	Quantidade a atribuir consoante a origem (em toneladas)									Total
		CEE 10			Espanha			Países terceiros			
		Continente	Açores	Madeira	Continente	Açores	Madeira	Continente	Açores	Madeira	
01.03	Animais vivos	1 200	2	2	37	-	-	20	-	-	1 261
02.03	Carnes frescas, refrigeradas ou congeladas	5 000	60	50	414	-	-	3 664	-	-	9 168
02.06	Miudezas	1 152	-	38	116	-	-	343	-	-	1 649
15.01	Banha e outras gorduras de porco	248	-	10	29	-	-	29	-	-	316
	<i>Total</i>	7 600	62	100	596	-	-	4 056	-	-	12 394

3 — A inscrição para a distribuição pelos agentes importadores dos contingentes definidos nos termos do número anterior encontra-se aberta a partir da publicação deste despacho normativo e os pedidos de inscrição, preenchidos nos termos do n.º 7.º da Portaria n.º 63-J/86, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 426-B/86, deverão ser dirigidos em carta registada com aviso de recepção ou entregues, contra recibo, no piso O, Divisão de Licenciamento, Avenida da República, 79, rés-do-chão, Lisboa, impreterivelmente até às 17 horas e 30 minutos do 10.º dia útil a contar do dia da publicação deste despacho normativo.

4 — Nos termos do n.º 8.º da Portaria n.º 63-J/86, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 426-B/86, no acto de inscrição os concorrentes deverão fazer prova de terem feito o depósito na Caixa Geral de Depósitos, à ordem da Direcção-Geral do

Comércio Externo, ou prestar a correspondente garantia bancária, de uma caução no valor equivalente a:

- 10\$/kg de peso líquido do produto;
- 100\$/kg por cabeça de animal vivo.

5 — Os contingentes fixados serão distribuídos pelos interessados de acordo com os respectivos pedidos.

6 — No caso de os pedidos de importação ultrapassarem os montantes dos contingentes a que se reportam, a distribuição far-se-á, mediante a dedução do excesso, proporcionalmente aos montantes dos pedidos apresentados.

7 — No caso de os pedidos não atingirem o montante dos contingentes fixados a que se reportam, a Direcção-Geral do Comércio Externo, dentro do período a que se refere o n.º 1 e mediante parecer do IROMA — Instituto Regulador e Orientador dos Mer-